

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO 2010-2012 TRIENAL 2013

IDENTIFICAÇÃO

ÁREA DE AVALIAÇÃO: Serviço Social e Economia Doméstica

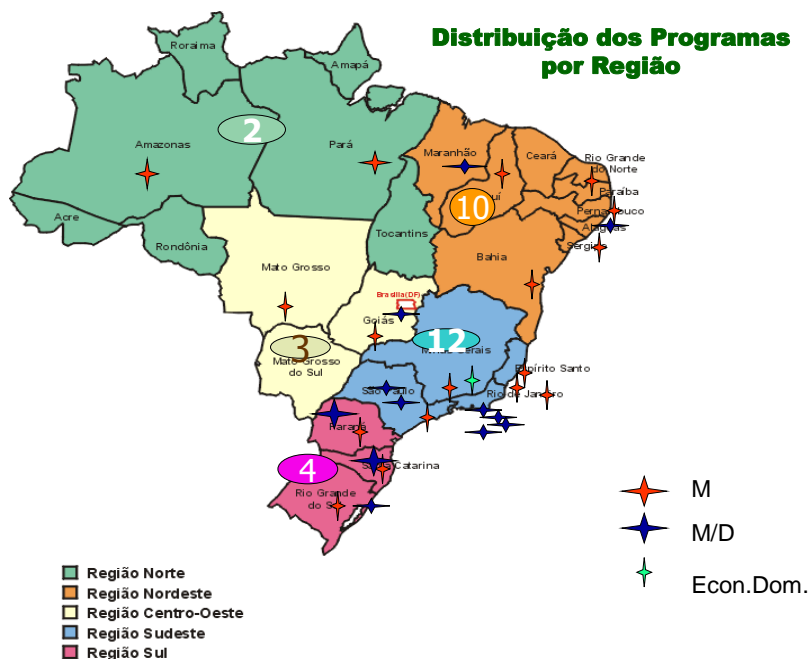
COORDENADOR DE ÁREA: Berenice Rojas Couto

COORDENADOR-ADJUNTO DE ÁREA: Maria Luiza Amaral Rizzotti

COORDENADOR-ADJUNTO DE MP:

I. AVALIAÇÃO 2013 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Área de Serviço Social é composta por 31 Programas de Pós-Graduação assim distribuídos espacialmente: 12 na região Sudeste (36,66%), 10 na região Nordeste (33,33%), 04 na região Sul (13,33%) 03 na região Centro-Oeste (10,0%) e 02 na região Norte (6,68%).





Dos 31 Programas 14 estão compostos por níveis de doutorado e mestrado (PUC/RS, PUC/SP, PUC/RJ, UFMA, UFRJ, UFF, UFPE, UnB, UNESP, UERJ, UEL, FUFPI, UFSC, UFES) e os demais (UFPA, UFRN, UFAL, UFPB-JP, UFJF, UCSAL, UCPEL, PUCGO, UFAM, UFMT, UFV, UNICSUL, EMESCAN, UFCE, FUFSE, UFF¹) possuem apenas cursos de mestrado.

A formação pós-graduada em Serviço Social é desenvolvida majoritariamente nas universidades públicas 23 (73,33%), seguida das universidades comunitárias 06 (20,0%), com pouca expressividade de instituições privadas 02 (6,67%).

A área básica dos 31 programas de pós-graduação é a seguinte: 20 em Serviço Social (66,6%), dos quais 01 em Serviço Social e Desenvolvimento Regional e 01 em Serviço Social, Trabalho e Questão Social; 07 em Política Social (23,3%), dos quais 01 em Políticas Sociais e Cidadania; 01 em Política Social e Serviço Social; 03 em Políticas Públicas (10,0%), sendo um deles em Política Pública e Desenvolvimento Local; e 01 em Economia Doméstica (3,1%).

No intervalo dos anos de 2010 a 2012 foram recomendados cinco novos mestrados acadêmicos em Serviço Social e 1 em Economia Doméstica, além de 4 doutorados em Serviço Social. Dos mestrados três do Serviço Social e um da Economia Doméstica não foram avaliados nesta Trienal, alocados nas Universidades Estadual da Paraíba, Universidade Estadual do Oeste do Paraná e Fundação Universitária Federal do Sergipe e em Economia Doméstica da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

O crescimento dos cursos neste triênio cumpriu uma das principais diretrizes da Área, que indicava a preocupação com a ampliação de acesso a processo de formação de docentes nas regiões mais despovoadas dessa possibilidade.

Nesse período foi criado um curso de doutorado em Serviço Social na Universidade Federal do Piauí e dois outros cursos, também na mesma área aprovados em 2010, foram postos em funcionamento em 2011 nas universidades Estadual de Londrina e Federal de Santa Catarina. Os dois novos doutorados na região sul inauguraram a presença deste nível de formação em Instituições públicas no sul do país. Até 2011 havia apenas um doutorado em funcionamento oferecido pela PUC/RS.

A região nordeste também contava com apenas um Programa de mestrado e doutorado e com a criação e um doutorado no Piauí passou a contar com dois, ambos em universidades federais.

A ampliação deste triênio indicou, para o nível de doutorado um percentual de 40% e, em nível de mestrado de 21%. Em ambos os níveis os novos cursos povoaram regiões com déficit, ampliando a

1 A Universidade Federal Fluminense nesse triênio aprovou um novo Programa de Mestrado em Serviço Social e Desenvolvimento Regional.

possibilidade de formação de professores e pesquisadores em universidades públicas.

Os dados demonstram que houve um crescimento quantitativo dos cursos em ambos os níveis divididos pela maioria das regiões do Brasil, sendo que os mestrados tiveram maior incidência no nordeste e os doutorados no sul.

Vale ressaltar que todos os novos cursos na área de Serviços Social foram criados em universidades públicas, sendo que 1/3 em Instituições estaduais (UEPB, UECE e UNIOESTE) e 2/3 em Instituições Federais (UFF, UFPI, UFF). O único mestrado novo em Economia Doméstica também está sediado numa universidade Pública - federal.

Nesse processo da Trienal foram avaliados 30 Programas entre eles 3 cursos de mestrados novos com apenas um ano de funcionamento.

Metodologia de trabalho da comissão avaliadora

A partir das orientações oferecidas no seminário preparatório, a área organizou um conjunto de informações sintéticas com o objetivo de apoiar a comissão em suas atribuições. Além disso, dividiu os Programas por dupla de avaliadores considerando a região de tal modo que os professores avaliadores não se ocupassem dos Programas de suas próprias regiões.

No início dos trabalhos houve uma explicação sobre o material e o processo de validação da produção bibliográfica excetuando os periódicos que dispõem de metodologia própria. Também nesse processo introdutório houve a redefinição das tarefas, sendo que num primeiro momento as duplas de avaliadores dedicaram-se ao Programas/cursos a eles designados e num segundo momento houve a discussão coletiva de cada programa.

Os critérios de avaliação balizaram-se tanto pelos pesos definidos para cada quesito e também numa perspectiva do desenvolvimento da área como um todo e, para tanto, houve uma análise dos dados sistematizados nos instrumentais disponibilizados pela CAPES (SDI).

II. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A “FICHA DE AVALIAÇÃO”

A Ficha de avaliação constituiu-se em importante indutor de análise dos Programas. Durante esse Triênio foram realizadas discussões sobre os indicadores de avaliação e a importância da Área atentar para os quesitos 3 e 4 que expressam a formação de recursos humanos qualificados e produção intelectual do Programa.

Os indicadores permitem aos Programas balizarem seu planejamento e a construção de metas de aprimoramento.

A Ficha expressa a importância do processo avaliativo com a participação da comunidade acadêmica

que, através do debate nos seminários, construiu convergências no que concerne aos seus principais quesitos.

III. CONSIDERAÇÕES SOBRE:

- QUALIS PERIÓDICOS
- QUALIS ARTÍSTICO*
- CLASSIFICAÇÃO DE LIVROS*
- CLASSIFICAÇÃO DE PRODUÇÃO TÉCNICA

* quando pertinente

A área realizou o processo de qualificação dos periódicos em 2012 e foram analisados 815 periódicos. Os periódicos da área de Serviço Social, considerados científicos foram classificados em 07 estratos, descritos a seguir:

Estrato **B5**

- Periódicos que atendam aos critérios de cientificidade, sem cumprir quaisquer das exigências adicionais descritas nos estratos subsequentes.

Estrato **B4**

Para 2008:

- Publicar, por volume/ano, pelo menos, 20% de artigos cujos autores sejam vinculados a pelo menos 03 instituições diferentes daquela que edita o periódico.
- Disponibilidade em, pelo menos, uma base de dados ou indexador internacional.

Estrato **B3**

- Ser publicado por: instituição com Pós-Graduação *stricto sensu* ou Sociedade Científica de âmbito nacional ou internacional, reconhecida pela Coordenação de Área; ou por Instituição Profissional de âmbito nacional ou Instituição de Pesquisa; ou contar com apoio da CAPES, CNPq ou com financiamento estatal. Em todos os casos, conter avaliação por pares, ou estar disponível em pelo menos uma base de dados ou indexador internacional.
- Publicar, por volume/ano, pelo menos, 30% de artigos cujos autores sejam vinculados a pelo menos 03 instituições diferentes daquela que edita o periódico.
- Disponibilidade em mais uma base de dados ou indexador internacional.

Estrato **B2**

- Ser publicado por instituição com Pós-Graduação *stricto sensu* ou Sociedade Científica de

âmbito nacional ou internacional reconhecida pela Coordenação de Área; ou por Instituição Profissional de âmbito nacional, ou Instituição de Pesquisa; ou contar com apoio da CAPES, CNPq ou com financiamento estatal. Em todos os casos, conter avaliação por pares, ou estar disponível em pelo menos uma base de dados ou indexador internacional.

- Publicar, por volume/ano, pelo menos 45% de artigos cujos autores sejam vinculados a pelo menos 04 instituições diferentes daquela que edita o periódico.
- Presença em uma base de dados ou indexador internacional.
- Disponibilidade em indexadores ou bases de dados do tipo ISI, SciELO, SCOPUS ou similar.
- Periodicidade mínima semestral.

Estrato **B1**

Ser publicado por: instituição com Pós-Graduação *stricto sensu*, ou Sociedade Científica de âmbito nacional ou internacional reconhecida pela Coordenação de Área; ou por Instituição Profissional de âmbito nacional ou Instituição de Pesquisa; ou ser publicado com apoio da CAPES ou do CNPq ou com financiamento estatal. Em todos os casos conter avaliação por pares, ou estar disponível em pelo menos uma base de dados ou indexador internacional.

- Atualização, com todos os números do ano anterior publicados até 31 de março do ano seguinte.
- Disponibilidade em mais de um indexador ou base de dados.
- Publicar, por volume/ano, pelo menos 18 artigos.
- Publicar, por volume/ano, pelo menos 60% de artigos cujos autores sejam vinculados a pelo menos 05 instituições diferentes daquela que edita o periódico.
- Periodicidade mínima semestral.

Observação: Revistas brasileiras classificadas no estrato B1, mas com presença no SciELO e/ou indexador internacional, passaram por uma avaliação de mérito e algumas progrediram para o estrato A2. A avaliação de mérito levou em conta a quantidade do conjunto de artigos publicados pela área.

Estrato **A2**

- Ser publicado por: instituição com Pós-Graduação *stricto sensu* ou Sociedade Científica de âmbito nacional ou internacional reconhecida pela Coordenação de Área; ou por Instituição Profissional de âmbito nacional, ou Instituição de Pesquisa; ou ser publicada com apoio da CAPES, CNPq ou com financiamento estatal. Em todos os casos, conter avaliação por pares, ou estar disponível em pelo menos uma base de dados ou indexador internacional.
- Atualização, com todos os números do ano anterior publicados até 31 de março.
- Disponibilidade em um dos indexadores e/ou bases de dados do tipo ISI, SciELO, SCOPUS ou

similar.

- Periodicidade mínima semestral.
- Publicar, por volume/ano, pelo menos 18 artigos.
- Publicar, por volume/ano, pelo menos 75% de artigos cujos autores sejam vinculados a pelo menos 05 instituições diferentes daquela que edita o periódico.
- Publicar, por volume/ano, pelo menos 01 de artigo com autor ou co-autores filiados à instituições estrangeiras.
- Publicar, por volume/ano, pelo menos 20% artigos com autores ou co-autores filiados a instituições estrangeiras.

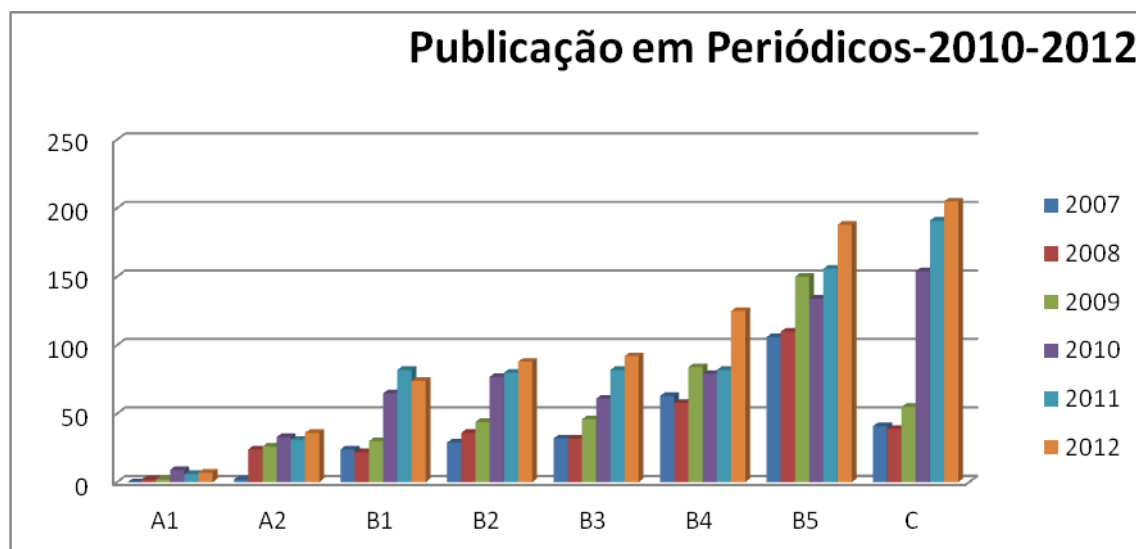
Estrato **A1**

Periódicos de destacada qualidade devidamente demonstrada em relatório pelos avaliadores e necessariamente superiores a todas as exigências estabelecidas para o Estrato A2.

Nesse triênio já foram três atualizações da qualificação dos periódicos, em 2010 e 2012 e a Comissão de área realizou o trabalho de qualificação final para avaliar o triênio em junho de 2013. Como produto final foram avaliados 815 periódicos, o que representou um acréscimo em relação a trienal passada (437 periódicos foram avaliados). O processo apontou para acréscimos em todos os estratos, embora a maior concentração ainda tenha permanecido nos estratos inferiores (B5 e C). Vale destacar que a Área teve um crescimento de 186,49% de publicações em periódicos em todos os estratos. Como indica a tabela a seguir a publicação em periódicos teve um crescimento, em comparação à trienal anterior, sobretudo nos extratos de A1 a B3.

Estrato	2007	2008	2009	2010	2011	2012
A1	0	2	2	9	6	7
A2	2	24	26	33	31	36
B1	24	22	30	65	82	74
B2	29	36	44	77	80	88
B3	32	32	46	61	82	92
B4	63	58	84	79	82	125
B5	106	110	150	134	156	188
C	41	39	55	154	191	205
Total	297	323	437	612	710	815

A tabela pode ser também expressa pelo gráfico abaixo:



Classificação de Livros

A Área avaliou os livros no primeiro semestre de 2012, na PUC/RS, a partir do sistema colocado à disposição pela UFRGS, que tornou esse processo mais ágil e facilitado tanto para os coordenadores dos Programas, quanto para a comissão avaliadora.

O processo respondeu a diferentes etapas:

- 1 - Reunião com os coordenadores (realizada durante o 2º Seminário de Acompanhamento da Área) para apresentação da Metodologia de Avaliação de livro e envio das instruções por E-mail;
- 2 - Preenchimento do cadastro no sistema pelos coordenadores dos Programas de Pós-Graduação;
- 3 - Avaliação pela comissão que ocorreu em três etapas, cujos resultados podem ser evidenciados pelo crescimento de publicações em relação ao triênio anterior no qual foram avaliados 785 produtos e neste de 2010-2012 foram 2758 produtos.

A comissão considerou como travas:

- Em coletânea:

a) pontuação de até 04 capítulos em caso de autoria de diferentes docentes permanentes do Programa (o que totalizaria a pontuação correspondente a 01 livro integral em seu estrato);

- Em caso de trabalhos completos em Anais de eventos científicos:

- a) só foram avaliados trabalhos em eventos nacionais ou internacionais.
b) foi atribuída pontuação de no máximo de 120 trabalhos no triênio (o que correspondeu à pontuação de 1,5 livro no mesmo estrato).

A avaliação gerou para cada produto uma pontuação de zero a cem, a qual indicava o seu enquadramento em estratos (de L1 a L4), conforme definido pela Área (foram atribuídos 35% de peso ao cadastro da obra e 65% para Avaliação qualitativa da obra).

Tabelas: Produção bibliográfica classificada pela Área triênio 2010-2012

A tabela a seguir expressa os pesos atribuídos aos diferentes estratos:

Estrato	Obra integral	Capítulo	Coletânea, Organização de livro	Prefácio	Trabalho Completo em Anais
L 4	200	40	40	40	4
L 3	140	25	25	25	3
L 2	70	14	14	14	2
L 1	40	8	8	8	1
LC	0	0	0	0	0

As produções classificadas do Serviço Social ficaram assim distribuídas:

	Livro Integral	Coletânea	Capítulo	Prefácio, Posfácio e Apresentação	Editoração de Anais de Congresso	Verbetes	TCA	Total da Produção
2010	48	52	296	26	5	5	453	885
2011	70	50	253	39	7	10	307	736
2012	77	79	435	62	8	14	462	1137

Em relação aos estratos as produções avaliadas pela área apontam que 68,3% foram classificadas em L4; 27,4% em L3; 1,8 em L2 e 2,4 %, em L1 (na trienal anterior os valores foram 61% em L4, 34,8% em L3, 4% em L2 e 0,1% em L1).

Essa distribuição evidencia que os Programas vêm publicando em editoras universitárias e comerciais reconhecidas na área de editoração no Brasil e no exterior (Editora Cortez, Editoras Universitárias, Routledge, HUCITEC, Elsevier, Palgrave MacMillan, entre outras). Foram obras majoritariamente de cunho científico, vinculadas às linhas de pesquisa dos Programas, com bibliografia atualizada e temas relevantes para a Área. Destacam-se ainda as reedições e reimpressões de obras por docentes em Programas da Área.

A produção por Programa no quesito produção intelectual, especificamente em Livros, coletâneas, capítulo de livros e trabalhos completos em anais pode ser visualizado pela tabela a seguir:

Tabela: Produção 2010 – 2012:

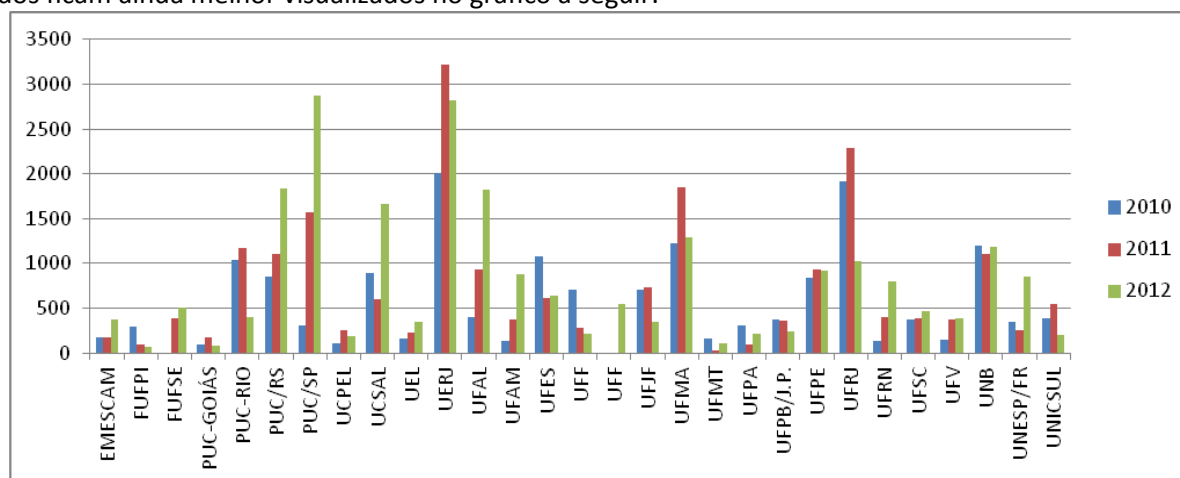
	Livro Integral	Coletânea, Dicionário	Capítulo	Prefácio, Posfácio, Apresentação	Verbetes	Trabalho Completo em Anais	Total
L4	123	105	490	53	8	700	1479
L3	20	30	191	9	9	349	608
L2	1	3	25	3	2	9	43
L1	5	2	4	0	0	10	21
Total	149	140	710	65	19	1068	2151

Essa Produção representou, do ponto de vista das instituições, a seguinte pontuação:

Instituição	Pontuação			
	2010	2011	2012	Total
EMESCAM	170	175	371	716
FUFPI	290	100	64	454
FUFSE	0	391	501	892
PUC-GOIÁS	96	180	83	359
PUC-RIO	1034	1176	401	2611
PUC/RS	854	1109	1841	3804
PUC/SP	306	1564	2872	4742
UCPEL	104	252	183	539
UCSAL	894	599	1658	3151
UEL	160	224	352	736
UERJ	2015	3219	2814	8048
UFAL	400	926	1817	3143
UFAM	131	371	877	1379
UFES	1072	615	642	2329
UFF	707	285	207	1199
UFF	0	0	548	548
UFJF	712	730	345	1787
UFMA	1228	1855	1293	4376
UFMT	159	27	113	299
UFPA	307	100	219	626

UFPB/J.P.	373	356	246	975
UFPE	838	928	917	2683
UFRJ	1922	2290	1025	5237
UFRN	130	394	799	1323
UFSC	367	383	460	1210
UFV	147	379	381	907
UNB	1204	1102	1182	3488
UNESP/FR	340	255	854	1449
UNICSUL	383	545	199	1127
Total	16343	20530	23264	60137
Média/ano	605,3	733,2	802,2	
Média Programa triênio				713,6

Tais dados ficam ainda melhor visualizados no gráfico a seguir:



Várias etapas foram cumpridas para que a Área pudesse aferir pontuação aos programas no quesito produção intelectual, todas essas etapas resultaram num cômputo final, permitindo a construção de uma média e mediana do desempenho que passaram a balizar a aferição das notas finais.

Essa tabela ficou assim composta:

Instituição	Avaliação de Livros 2010-2012	Qualis Periódico 2010-2012	Total	N. Doc Triênio	Média Docente triênio
UECE	0	320	320	12	26,7
UFMT	470	235	705	11	64,1
PUC-GOIÁS	327	315	642	10	64,2

EMESCAM	798	335	1133	10	113,3
UFF - Serviço Social	578	560	1138	10	113,8
UFRN	942	525	1467	10	146,7
UNESP/FR	2139	585	2724	17	160,2
UFPB/J.P.	935	725	1660	10	166
UEL	818	1115	1933	11	175,7
UNICSUL	1153	620	1773	10	177,3
FUFPI	971	2035	3006	15	200,4
UFSC	1334	1955	3289	16	205,6
UFAM	1711	335	2046	8	255,7
FUFSE	1027	765	1792	7	256
UFF - Política Social	1274	1880	3154	11	286,7
UCPEL	475	2410	2885	10	288,5
UFPA	1090	1805	2895	9	321,7
UFJF	2087	1775	3862	12	321,8
UFAL	2786	825	3611	11	328,3
UFRJ	5063	1830	6893	19	362,8
UFPE	3734	685	4419	11	401,7
UFES	2627	2715	5342	12	470,2
PUC-RIO	2784	1075	3859	8	482,4
PUC/SP	3300	2120	5420	11	492,7
UCSAL	3115	1420	4535	9	503,9
UNB	3428	3285	6713	12	559,4
PUC/RS	3530	2340	5870	10	587
UFMA	5360	4260	9620	16	601,2
UFV	1219	4300	5519	9	613,2
UERJ	7323	1040	8363	13	643,3
Total			106588		9390,5

Uma das comprovações do aumento significativo da produção intelectual é o salto de 265,71 para média de 313,1 indicando um salto de 47,4 em relação à trienal passada.

A produção técnica expressa nos Programas cumpre um importante papel de responder a inserção dos Programas na realidade social. Nesta trienal, observou-se que, em sua maioria, essa produção está vinculada a cursos de capacitação, assessorias nas políticas sociais, participação em eventos científicos. Além disso, também estão contabilizados nessa categoria apresentação de trabalhos e participação em eventos científicos.

Qualis Artístico

Este quesito não se aplica à Área.

IV. FICHA DE AVALIAÇÃO

IV.1 - PROGRAMAS ACADÊMICOS

Quesitos / Itens	Peso	Avaliação
1 – Proposta do Programa	0%	
<p>1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular.</p>	50%	<p>1.1.1. Na avaliação da proposta do programa foram consideradas:</p> <p>a) A articulação entre as áreas de concentração, linhas de pesquisa e projetos de pesquisa, extensão e desenvolvimento concluídos e em andamento.</p> <p>b) Adequação e abrangência das áreas de concentração que devem expressar os objetivos do Programa.</p> <p>c) Clareza e especificidade na formulação e na quantidade das áreas de concentração e das linhas de pesquisa.</p> <p>d) A vinculação entre linhas e projetos, conforme classificação abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ 90% ou mais = MB ✓ 89% a 70 % = B ✓ 69% a 50% = R ✓ 49% a 30% = F ✓ Menos de 30% = D <p>e) A quantidade de linhas e projetos em relação à dimensão do corpo docente permanente, sendo recomendada a distribuição de, no mínimo, 01 e, no máximo 05 projetos por docente do quadro permanente.</p>

		<p>f) A interdisciplinaridade (presença de docentes e discentes de outras áreas) no Programa, assim como de docentes com diferentes formações de pós-graduação.</p> <p>1.1.2. Na avaliação da coerência, consistência e abrangência da estrutura curricular serão consideradas:</p> <p>a) A articulação das disciplinas que compõem a estrutura curricular em relação às áreas de concentração, considerando o total de créditos exigidos para integralização do curso, a flexibilidade da estrutura, a proporcionalidade entre disciplinas obrigatórias e optativas/eletivas.</p> <p>b) A atualidade das ementas, dos conteúdos e da bibliografia das disciplinas.</p> <p>c) A flexibilidade da estrutura curricular na composição dos planos de estudos dos alunos.</p> <p>d) A consonância da formação do corpo docente permanente em relação ao conteúdo da estrutura curricular.</p> <p>e) Articulação interna das atividades acadêmicas do programa (seminários, conferências, bancas, participação em núcleos de pesquisa, publicação conjunta e disciplinas).</p> <p>f) Interação com outros programas das IES (seminários, conferências, bancas, participação em núcleos de pesquisa, publicação conjunta e disciplinas).</p>
<p>1.2. Planejamento do programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da área na produção do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social mais rica dos seus egressos, conforme os parâmetros da área.</p>	<p>40%</p>	<p>1.2.1. Consolidação dos grupos de pesquisa, identificada através de tempo de formação, participação e aprovação em editais de fomento à pesquisa, recursos captados para realização de pesquisas, participação docente e discente nos</p>

		<p>grupos existentes.</p> <p>1.2.2. Constituição, organização e atuação de grupos ou núcleos de pesquisa no programa:</p> <p>Os docentes permanentes devem participar de grupos ou núcleos segundo a classificação:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ 80% dos docentes ou mais integrando grupos de pesquisa consolidados = MB ✓ De 79% a 60% de docentes integrando grupos de pesquisa consolidados = B ✓ De 59% a 40% de docentes integrando grupos de pesquisa consolidados = R ✓ De 39% a 20% de docentes integrando grupos de pesquisa consolidados = F ✓ Menos de 20% de docentes integrando grupos de pesquisa consolidados = D <p>1.2.3. Internacionalização do programa:</p> <p>Considerar: convênios, bolsas-sanduíche, intercâmbio de pesquisa, publicações conjuntas, intercâmbio de docentes e discentes, eventos conjuntos, e outras atividades similares, como recepção de bolsistas em estágio pós-doutoral do exterior, co-tutela para dupla titulação.</p> <p>1.2.4. Programa de Acompanhamento a Egressos: A existência de política e sistemática de monitoramento de egressos, num período de três anos após a titulação, de forma a se obter dados para avaliar a inserção dos egressos do programa.</p>
<p>1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão.</p>	<p>10%</p>	<p>1.3.1. Na avaliação da infraestrutura do Programa para desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão serão consideradas:</p> <p>a) As condições de espaço físico para</p>

		<p>funcionamento da coordenação e secretaria do Programa e para o atendimento das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e orientação.</p> <p>b) A existência e a suficiência de equipamentos de informática e de multimídia para atender às necessidades do Programa.</p> <p>c) Acervo bibliográfico e documental, assim como os serviços disponíveis em apoio ao desenvolvimento do Programa.</p> <p>d) Captação de recursos humanos, financeiros e materiais para desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa e extensão, por meio de editais de Órgãos de fomento e outras instituições.</p>
2 – Corpo Docente	20%	
2.1. Perfil do corpo docente, consideradas titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa.	20%	<p>a) Todos os docentes (permanentes, colaboradores e visitantes) devem ser doutores.</p> <p>b) A qualificação do corpo docente permanente deve ser adequada às áreas de concentração, linhas de pesquisa e estrutura curricular do Programa.</p> <p>c) Processo contínuo de capacitação do corpo docente, considerando: intercâmbios, estágios, missões de trabalho e pós-doutorado, de acordo com a seguinte classificação:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ 30% ou mais do corpo docente permanente = MB; ✓ Entre 29% e 20% do corpo docente permanente = B; ✓ Entre 19% e 10% do corpo docente permanente = R; ✓ Entre 10% e 5% do corpo docente permanente = F ✓ Menos de 5% = D
2.2. Adequação e dedicação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do programa.	25%	<p>a) A proporção de docentes do quadro permanente deve ser comparada em relação ao corpo discente, sendo considerada adequada a média de até 8 discentes por docente.</p> <p>b) Na composição do corpo docente dos cursos específicos do Serviço Social é exigido que pelo menos 60% tenha formação de graduação ou pós-</p>

		<p>graduação em Serviço Social, sendo que os programas explicitamente de caráter interdisciplinar e interdepartamental (Políticas Públicas, Política Social) devem alcançar um percentual de pelo menos 30%.</p> <p>c) A participação de docentes visitantes e docentes colaboradores é desejável, evidenciando o grau de inserção do Programa em relação à graduação e comunidade acadêmica.</p> <p>d) Pelo menos 70% dos docentes do Programa deve integrar o corpo de docentes permanentes.</p> <ul style="list-style-type: none"> ◆ 70% ou mais = MB ◆ De 69% a 50% = B ◆ De 49% a 30% = R ◆ De 29% a 10% = F ◆ Menos de 10% = D <p>e) As oscilações na composição do corpo docente podem ser de até 20% de um ano para o outro, de forma a manter a estabilidade do corpo docente permanente, considerando o impacto gerado nas atividades de ensino, de pesquisa e orientação, em função de possíveis reduções, incorporações e substituições de docentes.</p> <p>f) O programa deverá informar os critérios para inserção e permanência de docentes tanto do quadro permanente como os do não permanente</p> <p>g) Os docentes permanentes do Programa devem pertencer ao quadro de docentes da Universidade onde se situa o Programa, devendo dedicar, pelo menos, 20 horas semanais no Programa, considerando ensino, pesquisa e orientação</p> <p>h) Os professores só podem participar, no máximo, de dois programas de pós-graduação como docentes permanentes</p>
<p>2.3. Distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do programa.</p>	<p>45%</p>	<p>a) A distribuição da carga letiva e da carga horária em ensino e orientação do Programa deve ser de pelo menos 80% entre os docentes permanentes. Somente 20% da carga horária ministrada pode ser</p>

		<p>assumida por colaboradores e visitantes.</p> <p>b) No triênio, os docentes do quadro permanente devem desenvolver sistematicamente atividades de ensino, pesquisa e orientação, devendo assim ser considerado:</p> <ul style="list-style-type: none"> ♦ De 90 a 100% dos docentes com ensino + pesquisa + orientação = MB ♦ De 89% a 80% dos docentes com ensino + pesquisa + orientação = B ♦ De 79% a 70% dos docentes com ensino + pesquisa + orientação = R ♦ De 69% a 60% dos docentes com ensino + pesquisa + orientação = F ♦ Menos de 59% dos docentes com ensino + pesquisa + orientação = D <p>c) Todos os docentes do quadro permanente devem participar de projetos de pesquisa.</p> <p>d) Todos os docentes do quadro permanente devem integrar grupos de pesquisa.</p> <p>e) A participação de docentes permanentes em redes locais, nacionais e internacionais de pesquisa será avaliada como positiva.</p> <p>f) O quantitativo de professores do Programa com Bolsa de Produtividade do CNPq ou de outras instituições de fomento será avaliado como positivo.</p> <p>g) A participação de docentes em programas e projetos especiais (PROCAD, PQI, MINTER, DINTER e outros) será avaliada como positiva.</p>
2.4. Contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação, com atenção tanto à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG, quanto (conforme a área) na formação de profissionais mais capacitados no plano da graduação.	10%	<p>a) Será avaliada como positiva a articulação do Programa com cursos de graduação e os impactos decorrentes dessa articulação.</p> <p>b) Os docentes do Programa devem participar de atividades de orientação de Iniciação Científica.</p>
3 – Corpo Docente, Teses e Dissertações	30%	
3.1. Quantidade de teses e dissertações defendidas no período de avaliação, em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo docente.	40%	3.1.1. Será avaliado o percentual de titulados em relação aos alunos ingressantes no triênio, excluídas as desistências e abandonos em relação à

		<p>dimensão do corpo discente, conforme classificação abaixo:</p> <p>60% ou mais = MB De 59% a 50% = B De 49% a 40% = R De 39% a 30% = F Menos de 30% = D</p> <p>3.1.2. A dimensão do corpo discente em orientação, em relação à dimensão do quadro docente permanente, será observada com base na seguinte classificação:</p> <p>Até 08 discentes por orientador = MB De 09 a 11 discentes por orientador = B De 12 a 14 discentes por orientador = R De 15 a 17 discentes por orientador = F Mais de 17 discentes por orientador = D</p>
<p>3.2. Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do programa.</p>	<p>10%</p>	<p>3.2.1. As teses e dissertações defendidas devem ser distribuídas pelos docentes do programa, considerando:</p> <p>Teses e/ou dissertações distribuídas por 80% ou mais dos docentes permanentes = MB Teses e/ou dissertações distribuídas entre 79% a 60% dos docentes permanentes = B Teses e/ou dissertações distribuídas entre 59% a 40% dos docentes permanentes = R Teses e ou dissertações distribuídas entre 39% a 20% dos docentes permanentes = F Teses e ou dissertações distribuídas por menos de 20% dos docentes permanentes = D</p>
<p>3.3. Qualidade das Teses e Dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação (no caso de IES com curso de graduação na área) na produção científica do programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à área.</p>	<p>30%</p>	<p>3.3.1. As teses e dissertações devem gerar publicações qualificadas (livros, capítulos de livros, artigos em periódicos, trabalhos completos em anais de eventos científicos nacionais e internacionais), até 03 anos após a defesa.</p> <p>3.3.1.1. O percentual de discentes autores da pós-graduação em relação à dimensão do corpo discente (e participação de discentes autores da</p>

		<p>graduação) será avaliado de acordo com a seguinte classificação:</p> <p>35 % ou mais de discentes autores= MB De 34% a 20% de discentes autores = B De 19% a 11% de discentes autores = R De 10% a 5% de discentes autores = F Menos de 5% de discentes autores =D</p> <p>3.3.1.3. Teses e Dissertações vinculadas às áreas de concentração, linhas e projetos, conforme classificação abaixo:</p> <p>90% ou mais = MB De 89% a 80% = B De 79% a 70% = R De 69% a 60% = F Menos de 60% = D</p> <p>3.3.2. Na avaliação da qualificação dos integrantes das bancas examinadoras, será considerada a participação de membros externos ao programa, conforme o nível do curso (mestrado ou doutorado).</p>
<p>3.4. Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores bolsistas: Tempo de formação de mestres e doutores e percentual de bolsistas titulados.</p>	<p>20%</p>	<p>3.4.1. Com relação ao tempo médio de titulação de bolsistas no mestrado, será considerada a seguinte classificação:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Até 30 meses para titulação = MB ✓ De 31 a 34 meses para titulação = B ✓ De 35 a 38 meses para titulação = R ✓ De 39 a 42 meses para titulação = F ✓ Mais de 42 meses para titulação = D <p>3.4.2. Com relação ao tempo médio de titulação de bolsistas no doutorado, será considerada a seguinte classificação:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Até 54 meses para titulação = MB ✓ De 55 a 58 meses para titulação = B ✓ De 59 a 62 meses para titulação = R ✓ Entre 63 e 67 meses para titulação = F ✓ Mais de 67 meses para titulação=D <p>3.4.3. Com relação ao tempo médio de titulação de</p>

		<p>não-bolsistas no mestrado, será considerada a seguinte classificação:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Até 32 meses para titulação = MB ✓ De 33 a 36 meses para titulação = B ✓ De 37 a 41 meses para titulação = R ✓ De 42 a 45 meses para titulação = F ✓ Mais de 45 meses para titulação = D <p>3.4.4. Com relação ao tempo médio de titulação de não-bolsistas no doutorado, será considerada a seguinte classificação:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Até 56 meses para titulação = MB ✓ De 57 a 60 meses para titulação = B ✓ De 61 a 64 meses para titulação = R ✓ De 65 a 68 meses para titulação = F ✓ Mais de 68 meses para titulação = D
4 – Produção Intelectual	40%	
<p>4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.</p>	<p>40%</p>	<p>4.1.1. A produção científica docente será avaliada, conforme o Qualis periódico e a avaliação de livros da área, com base nos seguintes parâmetros:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Publicações por docente permanente do programa; ✓ Distribuição de publicações em relação ao corpo docente do programa; ✓ Produção técnica dos docentes do Programa. <p>4.1.2. A produção científica qualificada do corpo docente permanente de um Programa será avaliada, de acordo com a classificação abaixo:</p> <p>(i) Livro (obra completa); Coletânea temática, Dicionário organização de livro, capítulo de livro, tradução de livro ou capítulo, prefácio ou outra apresentação de publicação científica.</p> <p>(ii) Artigos em periódicos nacionais e internacionais.</p> <p>(iii) Trabalho completo publicado em anais de eventos científicos nacionais e internacionais</p> <p>Foi considerada a média de pontuação do docente permanente no triênio, a saber:</p> <p>- 401 pontos ou mais – MB;</p>

		<p>- de 301 a 400 pontos – B; - de 201 a 300 pontos – R; - de 200 a 101 – F; - Menos de 100 pontos – D.</p> <p>4.1.3. Com relação à qualidade dos veículos será considerada a produção segundo o Qualis e a Avaliação de Livros da área.</p>
4.2. Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa.	30%	<p>4.2.1. Com referência à quantidade média / docente de publicações do corpo permanente, no triênio:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ 4 ou mais produtos entre A1 e B3 ou L4 e L3 = MB ✓ 3 produtos entre A1 e B3 ou L4 e L3 = B ✓ 2 produtos entre A1 e B3 ou L4 e L3 = R ✓ 1 produtos entre A1 e B3 ou L4 e L3 = F ✓ Menos de 1 produto entre A1 e B3 ou L4 e L3 = D <p>4.2.2. Distribuição das publicações entre o corpo docente permanente:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Produção bibliográfica distribuída por 40% ou mais dos docentes permanentes = MB ✓ Distribuição da produção bibliográfica entre 39% e 30% dos docentes permanentes = B ✓ Distribuição da produção bibliográfica entre 29% e 20% dos docentes permanentes = R ✓ Distribuição da produção bibliográfica entre 19% e 10% dos docentes permanentes = F ✓ Distribuição da produção bibliográfica por menos de 10% dos docentes permanentes = D <p>4.2.3. Será considerada na produção científica a coautoria docente –discente.</p>
4.3. Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes.	30%	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Quantidade média /ano /docente permanente de 04 ou mais produções técnicas, com vinculação às áreas de concentração = MB

		<ul style="list-style-type: none"> ✓ Quantidade média/ano/docente permanente de 03 produções técnicas, com vinculação às áreas de concentração =B ✓ Quantidade média/ano/docente permanente de 02 produções técnicas, com vinculação às áreas de concentração = R ✓ Quantidade média/ano/docente permanente de 01 produção técnica, com vinculação às áreas de concentração = F ✓ Nenhuma produção técnica = D
4.4. Produção artística, nas áreas em que tal tipo de produção for pertinente.	-	NÃO SE APLICA
5 – Inserção Social	10%	
5.1. Inserção e impacto regional e (ou) nacional do programa.	45%	<p>Considerar o impacto educacional da contribuição do Programa com a graduação e pós-graduação por meio de:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Publicação de livros e artigos de referência para os cursos de graduação (considerar o alcance da Editora e número de edições e reimpressões); b) Promoção de eventos científicos regionais, nacionais e internacionais; c) Participação de alunos de graduação em grupos de pesquisa; <p>5.1.1. Impacto social</p> <p>Considerar o impacto social do Programa através de (os dados devem ser registrados na parte descritiva do Coleta CAPES, em informações complementares ou outras informações):</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Formação de recursos humanos para aprimoramento da gestão pública; b) Formação de recursos humanos para a capacitação de pessoal para atuação em espaços participativos (conselhos, fóruns etc.); c) Assessoria e consultoria para formulação, gestão,

		<p>implementação, análise e avaliação de Políticas Públicas;</p> <p>d) Desenvolvimento de avaliações de políticas e programas sociais, em atendimento a demandas de instituições públicas e da sociedade civil;</p> <p>e) Desenvolvimento de sistemas de informações e de gestão em atendimento a demandas de instituições públicas e da sociedade civil;</p> <p>f) Desenvolvimento de estudos e pesquisas para fundamentar ações implementadas por instituições públicas e da sociedade civil.</p> <p>g) Participação em órgãos de fomento à pesquisa e gestão universitária e governamental e entidades de representação da categoria</p> <p>h) Publicação de periódicos científicos</p> <p>i) Demanda de candidatos à seleção do mestrado e do doutorado, considerando: evolução do total de inscritos no triênio; formação profissional diversificada dos candidatos à seleção; abrangência local/regional/nacional/internacional dos candidatos à seleção, segundo área de moradia (Inserir nas Informações Complementares, na Ficha Proposta do Coleta.</p> <p>5.1.3. Impacto cultural – formação de recursos humanos para o desenvolvimento cultural e artístico, formulando políticas culturais e ampliando o acesso à cultura e às artes e ao conhecimento nesse campo;</p> <p>Não se aplica</p> <p>5.1.4 Impacto tecnológico/econômico</p> <p>a) Disseminação de metodologias e tecnologias para o desenvolvimento microrregional, regional e ou nacional;</p>
<p>5.2. Integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação.</p>	<p>40%</p>	<p>a) Desenvolvimento de intercâmbios com outros programas de pós-graduação (PROCAD, PQI, DINTER, MINTER, Casadinho e outros), em nível nacional e internacional;</p> <p>b) Desenvolvimento de intercâmbios com instituições governamentais e não governamentais em níveis local, nacional e</p>

		<p>internacional.</p> <p>c) Participação em bancas de defesa pública; participação em comissões de seleção em outros programas; participação em atividades didático-pedagógicas em outros programas.</p> <p>d) Estratégias que favoreçam a mobilidade de discentes e docentes entre programas de diferentes IES ou instituições de pesquisa</p> <p>e) Publicações conjuntas de docentes do programa com docentes de outras IES ou institutos de pesquisa</p> <p>f) Parceria entre instituições na organização de eventos científicos relevantes para a área.</p> <p>g) Intercâmbio docente visando atividades de pesquisa (produção ou divulgação), docência ou orientação.</p>
<p>5.3 - Visibilidade ou transparência dada pelo programa à sua atuação.</p>	<p>15%</p>	<p>a) Existência e manutenção de página WEB para a divulgação, de forma atualizada, de informações sobre o Programa, seu quadro docente e discente; os critérios de seleção ao Programa, parte significativa de sua produção docente, dissertações e teses, grupos e núcleos de pesquisa, financiamentos recebidos da Capes e de outras agências públicas, entidades privadas etc.</p> <p>b) Desenvolvimento de ações abertas à comunidade acadêmica e à sociedade em geral para divulgação dos trabalhos e produções do Programa, intercâmbio e difusão do conhecimento.</p>

Em relação aos Mestrados Profissionais não houve avaliação, pois a Área não conta com essa modalidade. A ficha que compõe o Relatório é a ficha aprovada pelo CTC-ES.

MESTRADO PROFISSIONAL

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o Quesito/Itens
1 – Proposta do Programa	0%	
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização da(s) área(s) de concentração, linha(s) de atuação, projetos em andamento, proposta curricular com os objetivos do Programa.	30%	- Examinar se o conjunto de atividades e disciplinas, com suas ementas, atende às características do campo profissional, à(s) área(s) de concentração proposta(s), linha(s) de atuação e objetivos definidos pelo Programa em consonância com os objetivos da modalidade Mestrado Profissional.
1.2. Coerência, consistência e abrangência dos mecanismos de interação efetiva com outras instituições, atendendo a demandas sociais, organizacionais ou profissionais.	30%	- Examinar se o conjunto de mecanismos de interação e as atividades previstas junto aos respectivos campos profissionais são efetivos e coerentes para o desenvolvimento desses campos/setores e se estão em consonância com o corpo docente.
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e administração.	20%	- Examinar a adequação da infraestrutura para o ensino, a pesquisa, a administração, as condições laboratoriais ou de pesquisa de campo, áreas de informática e a biblioteca disponível para o Programa.
1.4. Planejamento do Programa visando ao atendimento de demandas atuais ou futuras de desenvolvimento nacional, regional ou local, por meio da formação de profissionais capacitados para a solução de problemas e práticas de forma inovadora.	20%	- Examinar as perspectivas do Programa, com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios da área na produção e aplicação do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social e profissional mais rica dos seus egressos conforme os parâmetros da área.

2. Corpo Docente	20%	
<p>2.1. Perfil do corpo docente, considerando experiência como pesquisador e/ou profissional, titulação e sua adequação à Proposta do Programa.</p>	50%	<p>Examinar se o Corpo Docente Permanente (DP) é formado por doutores, profissionais e técnicos com experiência em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à inovação (conforme o estabelecido no Art. 7º da Portaria Normativa MEC no 17, de 28 de dezembro de 2009 - Portaria Ministerial sobre Mestrado Profissional)</p> <p>- Examinar se o Corpo Docente atua em P,D&I nas áreas de concentração do Mestrado Profissional.</p>
<p>2.2. Adequação da dimensão, composição e dedicação dos docentes permanentes para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e formação do Programa.</p>	30%	<p>- Examinar a adequada proporção de Docentes Permanentes em relação ao total de docentes para verificar a existência ou não de dependência em relação a docentes colaboradores ou visitantes.</p> <p>- Examinar a participação de docentes em projetos de pesquisa científicos, tecnológicos e de inovação financiados por setores governamentais ou não governamentais.</p> <p>-Examinar a carga horária de dedicação dos docentes permanentes no programa, considerando o estabelecido pelo inciso VI do Art. 7º da Portaria Normativa MEC nº 17/2009: “a proposta de Mestrado Profissional deverá, necessária e obrigatoriamente, comprovar carga horária docente e condições de trabalho compatíveis com as necessidades do curso, admitido o regime de dedicação parcial”</p>

2.3. Distribuição das atividades de pesquisa, projetos de desenvolvimento e inovação e de formação entre os docentes do Programa.	20%	- Examinar a distribuição das atividades de ensino, pesquisa e desenvolvimento e orientação do programa entre os Docentes Permanentes.
3. Corpo Docente e Trabalhos de Conclusão	30%	
3.1. Quantidade de trabalhos de conclusão (MP) aprovados no período e sua distribuição em relação ao corpo docente titulado e ao corpo docente do programa	30%	- Examinar a relação entre o número de trabalhos (conforme preconizado no Art. 10 da Portaria Normativa MEC no 17, de 28 de dezembro de 2009) concluídos e o número de alunos matriculados no período. - Examinar a relação entre o número de trabalhos (conforme preconizado no Art. 10 da Portaria Normativa MEC nº 17, de 28 de dezembro de 2009) concluídos e o número de docentes do programa.
3.2. Qualidade dos trabalhos de conclusão produzidos por discentes e egressos	40%	- Examinar as publicações em revistas, livros e outros meios de divulgação científica ou técnica. - Examinar a produção técnica, que não foi objeto de publicação, dos alunos e egressos.
3.3. Aplicabilidade dos trabalhos produzidos	30%	- Examinar a aplicabilidade do trabalho de mestrado desenvolvido junto a setores não acadêmicos, órgãos públicos/privados, etc.
4. Produção Intelectual	30%	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente	30%	- Examinar o número total de publicações do programa no triênio.
4.2. Produção artística, técnica, patentes, inovações e outras produções consideradas relevantes.	20%	- Examinar o número total da Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes, tais como, entre outras:

		<p>Publicações técnicas para organismos internacionais, nacionais, estaduais ou municipais (livros).</p> <p>Artigos publicados em periódicos técnicos.</p> <p>Participação em comitês técnicos: internacionais, nacionais, estaduais ou municipais.</p> <p>Editoria de periódicos técnicos: editor científico, associado ou revisor.</p> <p>Elaboração de protocolos, normas ou programas.</p> <p>Consultoria ou assessoria técnica.</p> <p>Produtos técnicos.</p> <p>Protótipos.</p> <p>Patentes.</p> <p>Cursos de aperfeiçoamento, capacitação ou especialização para profissionais da área.</p>
4.3. Distribuição da produção científica e técnica ou artística em relação ao corpo docente permanente do programa	30%	- Examinar a distribuição da publicação qualificada e da produção técnica entre os docentes permanentes do programa.
4.4. Articulação da produção artística, técnica e científica entre si e com a proposta do programa.	20%	- Examinar a articulação entre a produção artística, técnica e a publicação científica qualificada do programa.
5. Inserção Social	20%	
5.1. Impacto do Programa	40%	<p>- Examinar se a formação de recursos humanos qualificados para a sociedade busca atender aos objetivos definidos para a modalidade Mestrado Profissional, contribuindo para o desenvolvimento dos discentes envolvidos no projeto, das organizações públicas ou privadas do Brasil.</p> <p>- Examinar se o Mestrado Profissional atende obrigatoriamente a uma ou mais dimensões de impacto (tais como dimensão: social, educacional, sanitário, tecnológico, econômico, ambiental, cultural, artístico, legal, etc.), nos níveis local, regional ou nacional.</p> <p>a) Impacto social: formação de recursos humanos qualificados para a Administração Pública ou a</p>

sociedade que possam contribuir para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social, ou para a formação de um público que faça uso dos recursos da ciência e do conhecimento no melhoramento das condições de vida da população e na resolução dos mais importantes problemas sociais do Brasil.

b) Impacto educacional: contribuição para a melhoria da educação básica e superior, o ensino técnico/profissional e para o desenvolvimento de propostas inovadoras de ensino.

c) Impacto tecnológico: contribuição para o desenvolvimento local, regional e/ou nacional destacando os avanços gerados no setor empresarial; disseminação de técnicas e de conhecimentos.

d) Impacto econômico: contribuição para maior eficiência nas organizações públicas ou privadas, tanto de forma direta como indireta.

e) Impacto sanitário: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para a gestão sanitária bem como na formulação de políticas específicas da área da Saúde.

f) Impacto cultural: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento cultural, formulando políticas culturais e ampliando o acesso à cultura e ao conhecimento.

g) Impacto artístico: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento artístico, formulando propostas e produtos inovadores.

h) Impacto profissional: contribuição para a formação de profissionais que possam introduzir mudanças na forma como vem sendo exercida a

		<p>profissão, com avanços reconhecidos pela categoria profissional.</p> <p>i) Impacto legal: contribuição para a formação de profissionais que possam aprimorar procedimentos e a normatização na área jurídica, em particular entre os operadores do Direito, com resultados aplicáveis na prática forense.</p>
<p>5.2. Integração e cooperação com outros Cursos/Programas com vistas ao desenvolvimento da pós-graduação.</p>	<p>20%</p>	<p>- Examinar a participação em programas de cooperação e intercâmbio sistemáticos com outros na mesma área, dentro da modalidade de Mestrado Profissional; a participação em projetos de cooperação entre cursos/Programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação, na pesquisa, o desenvolvimento da pós-graduação ou o desenvolvimento econômico, tecnológico e/ou social, particularmente em locais com menor capacitação científica ou tecnológica.</p>
<p>5.3. Integração e cooperação com organizações e/ou instituições setoriais relacionados à área de conhecimento do Programa, com vistas ao desenvolvimento de novas soluções, práticas, produtos ou serviços nos ambientes profissional e/ou acadêmico.</p>	<p>20%</p>	<p>- Examinar a participação em convênios ou programas de cooperação com organizações/instituições setoriais, voltados para a inovação na pesquisa, o avanço da pós-graduação ou o desenvolvimento tecnológico, econômico e/ou social no respectivo setor ou região;</p> <p>a abrangência e quantidade de organizações/instituições a que estão vinculados os alunos;</p> <p>a introdução de novos produtos ou serviços (educacionais, tecnológicos, diagnósticos, etc.), no âmbito do Programa, que contribuam para o desenvolvimento local, regional ou nacional.</p>

5.4. Divulgação e transparência das atividades e da atuação do Programa	20%	<ul style="list-style-type: none">- Examinar a divulgação atualizada e sistemática do Programa, poderá ser realizada de diversas formas, com ênfase na manutenção de página na internet. Entre outros itens, será importante a descrição pública de objetivos, estrutura curricular, critérios de seleção de alunos, corpo docente, produção técnica, científica ou artística dos docentes e alunos, financiamentos recebidos da Capes e de outras agências públicas e entidades privadas, parcerias institucionais, difusão do conhecimento relevante e de boas práticas profissionais, entre outros. A procura de candidatos pelo programa pode ser considerada desde que relativizada pelas especificidades regionais e de campo de atuação.- Examinar a divulgação dos trabalhos finais, resguardadas as situações em que o sigilo deve ser preservado (Art. 2º Portaria CAPES nº 13/2006)
---	-----	---

V. CONTEXTUALIZAÇÃO E DESCRIÇÃO SOBRE INTERNACIONALIZAÇÃO/INSERÇÃO INTERNACIONAL E INDICADORES CONSIDERADOS NA ATRIBUIÇÃO DE NOTAS 6 e 7

No processo de internacionalização, o Serviço Social tem reforçado sua interlocução com Programas localizados particularmente na Europa, e tem participado ativamente do processo de criação e consolidação da pós-graduação na América Latina.

Muitos programas da área, e em particular seus doutorados, já estabeleceram redes de pesquisas com pesquisadores internacionais, o que tem propiciado a presença de professores visitantes nos Programas da Área. Também é recorrente a ida de docentes dos programas do Brasil para o exterior, estabelecendo protocolos de estudos comparados entre as realidades díspares e incidindo na análise principalmente da área do Serviço Social e das políticas sociais públicas. Também várias titulações em co-tutela têm sido realizadas, com Programas principalmente da Europa. Destaca-se a formação de recursos humanos para a criação de Programas de Pós-Graduação, principalmente na América Latina e África e em países como Portugal e Espanha. Inúmeros projetos de pesquisas com financiamento de agências de fomento brasileiras e estrangeiras têm sido aprovados e estão em execução nos Programas de Pós-Graduação da Área. Compreende-se o processo de internacionalização em duas perspectivas:

- a) A capacidade instalada nos programas do Brasil de fomentar e contribuir com o desenvolvimento da Pós-Graduação nos países do América Latina, da África, incentivando a formação de doutores desses países nos Programas da Área;
- b) O debate intelectual e profícuo, através de publicações internacionais e de parcerias com Núcleos de Pesquisa e intercâmbio entre pesquisadores que alimentem a formação qualificada para atuar no campo das políticas sociais e na contribuição do Serviço Social para

o debate crítico da sociedade capitalista.

O debate sobre **Internacionalização da Área** foi inaugurado com a definição de critérios de Internacionalização de Programas na perspectiva das notas 6 e 7 que apontava para a necessidade de que, para além dos parâmetros de produção, os Programas devem demonstrar seu grau de internacionalização, considerando, relativamente ao seu corpo permanente:

- Proporção de docentes participando como visitantes em Programas de IES estrangeiras;
- Proporção de docentes em estágio de pós-doutorado em IES estrangeiras;
- Professores visitantes estrangeiros recebidos pelo Programa no triênio;
- Intercâmbio de alunos com IES estrangeiras, sobretudo por meio de bolsas sanduíche;
- Orientação de alunos de origem estrangeira, no Programa;
- Participação de docentes em eventos científicos de caráter internacional;
- Financiamento internacional para atividades de pós-graduação;
- Participação em comitês editoriais e em editoria de periódicos de circulação internacional;
- Participação em diretorias de associações científicas internacionais;
- Captação de recursos de agências de fomento científico de âmbito internacional;
- Participação em projetos de pesquisa envolvendo programa de pós-graduação e grupos de pesquisa de instituições estrangeiras.

Esses critérios já estabelecidos na trienal passada apontavam para uma forma de induzir a internacionalização e criar a partir desse movimento um caminho a ser trilhado na área para expandir o debate internacional e mais que isso para disputar espaço internacional para sua produção. Nesse triênio observa-se que vários movimentos foram feitos nessa direção.

Além desses critérios de internacionalização esperado para a atribuição das notas 6 e 7, a área elegeu os seguintes critérios para tal atribuição:

- 1. Solidariedade:** os Programas devem demonstrar sua cooperação com programas com nota 3 ou 4 (sem doutorado) ou com grupos que ainda não têm curso de pós-graduação *stricto sensu*:
 - Minter, Dinter, Casadinho, PROCAD ou associação com IES para promover a criação e/ou consolidação de cursos de pós-graduação, sobretudo em outras regiões do país ou em países com menor grau de desenvolvimento na pós-graduação;
 - Assessoria para a formulação de propostas de novos cursos;
 - Participação em projetos conjuntos com grupos de pesquisa não consolidados;
 - Parceria de docência, pesquisa e orientação em países com menor grau de desenvolvimento na pós-graduação na área.
- 2. Nucleação:** os programas devem demonstrar a participação de egressos em:
 - Atividades de ensino de graduação em outras IES da região, em outras regiões do país ou em países com menor grau de desenvolvimento na pós-graduação;
 - Atividades de ensino de pós-graduação em outras IES da região, em outras regiões do país ou em países com menor grau de desenvolvimento na pós-graduação;
 - Atividades de pesquisa em outras IES da região, em outras regiões do país ou em países com menor grau de desenvolvimento na pós-graduação;

3. Liderança: os Programas devem demonstrar liderança na área considerando:

- Atração de alunos de diferentes regiões do país e de outros países;
- Proporção de docentes permanentes participando de comitês de área no CNPq, DECIT, FINEP, CAPES, etc. ou de agências de fomento internacionais;
- Premiações, nacionais e internacionais, recebidas pelos docentes permanentes que tenham relação com as atividades de pesquisa e orientação;
- Proporção de docentes permanentes participando de diretorias de associações científicas nacionais e internacionais
- Participação de docentes permanentes em cargos relevantes para as políticas sociais.

As notas 6 e 7 são reservadas exclusivamente para os programas com doutorado que obtiveram nota 5 e conceito “Muito Bom” em todos os quesitos (Proposta do Programa; Corpo Docente, Teses e Dissertações; Produção Intelectual e Inserção Social) da ficha de avaliação e que atendam, necessariamente, a três condições:

- **Nota 6:** predomínio do conceito “Muito Bom” nos itens de todos os quesitos da ficha de avaliação, mesmo com eventual conceito “Bom” em alguns itens; nível de desempenho (formação de doutores e produção intelectual) diferenciado em relação aos demais programas da área; e desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área (internacionalização e liderança).
- **Nota 7:** conceito “Muito Bom” em todos os itens de todos os quesitos da ficha de avaliação; nível de desempenho (formação de doutores e produção intelectual) altamente diferenciado em relação aos demais programas da área; e desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área (internacionalização e liderança).

VI. SÍNTESE DA AVALIAÇÃO E COMPARAÇÃO COM TRIÊNIOS ANTERIORES 2007 e 2010

A avaliação trienal da Área aponta que as indicações feitas pela Comissão da Trienal passada foram observadas pela maioria dos Programas. Isso revela o caráter indutor do processo avaliativo. Há que se ressaltar a crescente solidariedade dos Programas consolidados com os Programas que apresentavam fragilidades. Os diferentes intercâmbios foram decisivos na trajetória dos Programas, materializando a melhoria nas atribuições das notas.

O trabalho da comissão apontou as tendências de crescimento da Área e que, à avaliação quantitativa dos indicadores, foi acrescida pelo debate qualitativo e da importância tanto regional, como sua influência nacional e internacional na formação de recursos humanos qualificados e na disseminação de conhecimento produzido pela Área.

Ressalta-se a indicação da área para a nota 7 para o Programa da PUCSP, bem como um aumento significativo nos Programas recomendados com a nota 6. Esse aumento mostra um esforço e a consolidação da produção e formação de recursos humanos da Área.

Também, foi verificado que a indução da CAPES em relação aos Programas 3x3, e o trabalho coletivo da Área em relação a esses Programas resultaram na recomendação da nota 4.

A avaliação também aponta a necessidade de uma atenção especial aos Programas que mantiveram a nota 3, entendendo que esses Programas possuem condições de qualificar sua atuação, se forem apoiados pela Área.

ANEXO
Programas com respectivos nota e nível

Área de Avaliação	Código PPG	Programa	IES	Nível	Nota 2013
SERVIÇO SOCIAL	21001014005P1	POLÍTICAS PÚBLICAS	FUFPI	MD	4
SERVIÇO SOCIAL	27001016037P7	SERVIÇO SOCIAL	FUFSE	M	3
SERVIÇO SOCIAL	52002012011P5	SERVIÇO SOCIAL	PUC-GOÍÁS	M	3
SERVIÇO SOCIAL	31005012021P0	SERVIÇO SOCIAL	PUC-RIO	MD	5
SERVIÇO SOCIAL	42005019008P5	SERVIÇO SOCIAL	PUC/RS	MD	6
SERVIÇO SOCIAL	33005010020P3	SERVIÇO SOCIAL	PUC/SP	MD	7
SERVIÇO SOCIAL	42006015005P2	POLÍTICA SOCIAL	UCPEL	M	4
SERVIÇO SOCIAL	28003012003P0	POLÍTICAS SOCIAIS E CIDADANIA	UCSAL	M	4
SERVIÇO SOCIAL	22003010025P8	SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E QUESTÃO SOCIAL	UECE	M	3
SERVIÇO SOCIAL	40002012020P0	SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL	UEL	MD	4
SERVIÇO SOCIAL	31004016028P9	SERVIÇO SOCIAL	UERJ	MD	6
SERVIÇO SOCIAL	26001012016P7	SERVIÇO SOCIAL	UFAL	M	4
SERVIÇO SOCIAL	12001015027P0	SERVIÇO SOCIAL	UFAM	M	3
SERVIÇO SOCIAL	30001013020P6	POLÍTICA SOCIAL	UFES	MD	5
SERVIÇO SOCIAL	31003010049P3	POLÍTICA SOCIAL	UFF	MD	4
SERVIÇO SOCIAL	31003010084P3	SERVIÇO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	UFF	M	3
SERVIÇO SOCIAL	32005016013P0	SERVIÇO SOCIAL	UFJF	M	4
SERVIÇO SOCIAL	20001010003P6	POLÍTICAS PÚBLICAS	UFMA	MD	6
SERVIÇO SOCIAL	50001019023P1	POLÍTICA SOCIAL	UFMT	M	3
SERVIÇO SOCIAL	15001016036P7	SERVIÇO SOCIAL	UFPA	M	4
SERVIÇO SOCIAL	24001015019P0	SERVIÇO SOCIAL	UFPB/J.P.	M	3
SERVIÇO SOCIAL	25001019031P3	SERVIÇO SOCIAL	UFPE	MD	5
SERVIÇO SOCIAL	31001017066P9	SERVIÇO SOCIAL	UFRJ	MD	5
SERVIÇO SOCIAL	23001011027P0	SERVIÇO SOCIAL	UFRN	M	4
SERVIÇO SOCIAL	41001010047P6	SERVIÇO SOCIAL	UFSC	MD	4
SERVIÇO SOCIAL	32002017019P0	ECONOMIA DOMÉSTICA	UFV	M	4
SERVIÇO SOCIAL	53001010035P1	POLÍTICA SOCIAL	UNB	MD	6
SERVIÇO SOCIAL	33004072067P2	SERVIÇO SOCIAL	UNESP/FR	MD	4
SERVIÇO SOCIAL	33078017004P6	POLÍTICAS SOCIAIS	UNICSUL	M	3